



**Impugnação 20/05/2021 12:02:19**

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SETOR DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ARAPIRACA – AL EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3937/2021 UASG Nº 982705 ATHOS BRASIL SOLUÇÕES EM UNIDADES MÓVEIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.617.192/0001-30, sediada na Rodovia Cezário José de Castilho, Km 345, CEP 17022-133, na cidade de Bauru/SP, vem, por meio desta que ao final subscreve, mui respeitosamente perante vossa senhoria, apresentar IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, conforme os fatos a seguir expostos: I - DA TEMPESTIVIDADE A presente impugnação é TEMPESTIVA, visto que seu protocolo atentou para a antecedência de até 03 (três) dias antes da data fixada para a realização da sessão pública, datada para 25/05/2021, em consonância com o art. 41, §1º e §2º, da Lei 8.666/93. II - DA IMPUGNAÇÃO Ao analisar o presente edital, observa-se que as cláusulas de comprovação da qualificação técnica, no momento da habilitação, se limitam somente a apresentação de um atestado de capacidade técnica, conforme se vê: "17.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA 17.1.3.1. Pelo menos 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando expressamente que o licitante forneceu ou está fornecendo satisfatoriamente objeto compatível com o objeto desta licitação." (grifos nossos) A habilitação técnica é etapa indispensável à habilitação das empresas durante o certame licitatório, tendo determinação no inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal de 1988, in verbis: Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Dessa maneira, é notório que a qualificação técnica é aquela indispensável e necessária para a contratação da empresa que apresente a proposta mais vantajosa. As contratações da Administração Pública são realizadas mediante processos licitatórios. Assim, a Lei nº 8.666/93 prevê o seguinte no tocante à qualificação técnica: Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a: I - registro ou inscrição na entidade profissional competente; II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos; III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso. § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a: I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos; (grifos nossos) O município de Arapicara/AL pretende adquirir, através de processo licitatório, "01 (um) veículo tipo Trailer Veterinário (Castramóvel) 0km". Assim, as empresas que participarem da presente licitação devem comprovar, além de prévio fornecimento de objeto compatível, a capacidade de fabricação de trailer reboque 02 eixos. Essa comprovação não deve ser vista como cláusula que frustre a competição, já que empresas idôneas possuem a documentação requerida e também que as presentes exigências se fazem necessárias para a segurança jurídica da contratação, tanto para o órgão como para as participantes do certame. Para que a empresa licitante comprove ser a fabricante de trailer reboque 02 eixos, ela deve apresentar o CAT (Certificado de Atendimento à Legislação de Trânsito) emitido pelo DENATRAN, e CCT (Certificado de Capacidade Técnica), emitida pelo INMETRO, conforme exigência da resolução nº 291, de 29 de agosto de 2008 do CONTRAN, senão vejamos: Art. 1º Todos os veículos fabricados, montados e encarroçados, nacionais ou importados, devem possuir código de marca/modelo/versão específico, o qual deve ser concedido conjuntamente à emissão, pelo Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União, do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT. Parágrafo Único: Ao requerer a concessão do código específico de marca/modelo/versão e emissão do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT o interessado deve: I – Respeitar as classificações de veículos previstas na Tabela constante no Anexo I desta Resolução; II – Atender aos procedimentos estabelecidos, mediante Portaria, pelo Órgão Máximo Executivo de Trânsito da União; Art. 2º As transformações previstas no Anexo II desta Resolução acarretam para o interessado a obrigatoriedade de obtenção de código de marca/modelo/versão específico, conforme previsto no Art. 1º. Já o CCT - Certificado de Capacitação Técnico Operacional - é um documento fornecido pelo INMETRO para as empresas Transformadoras, Encarroçadoras, Fabricantes de Implementos rodoviários e Importadoras representantes de Marcas no Brasil, este CCT é preenchido e emitido por um OIA – ORGANISMO ACREDITADO PELO INMETRO na área de segurança veicular, após a comprovação técnica da empresa e das inspeções de segurança veicular. Ainda, faz jus trazer a baila a necessidade de que, caso a empresa possua, apresente a certificação ISO 9001 no lugar do CCT (certificado de capacitação técnico operacional), tendo em vista a previsão legal do art. 2º da Portaria nº 190 do DENATRAN, in verbis: Art. 2º Todos os veículos novos de fabricação nacional, importados, encarroçados, bem como aqueles que sofrerem transformação admitida em Resolução do CONTRAN, devem receber códigos específicos na tabela de marca/modelo/versão do RENAVAL além do respectivo CAT, desde que atendidos os requisitos de identificação e de segurança veicular, estabelecidos na legislação de trânsito. § 6º Para os fabricantes, importadores, encarroçadores e transformadores de veículos que não possuem sistema de gestão de qualidade certificado por Organismo acreditado pelo INMETRO ou por Organismo acreditado por órgão acreditador signatário de acordo de reconhecimento mútuo estabelecido com o INMETRO, à concessão do código específico de marca/modelo/versão, será exigida também a apresentação do Comprovante de Capacitação Técnica - CCT que deverá ser emitido, exclusivamente, por Instituição

Técnica Licenciada - ITL, acreditada pelo INMETRO e licenciada pelo DENATRAN. (grifos nossos). Ou seja, para aqueles que NÃO POSSUEM o Sistema de Gestão de Qualidade (ISO 9001), é necessária a apresentação do CCT. Já para aqueles que POSSUEM, se faz imprescindível a apresentação da ISO 9001, ou sistema de gestão de qualidade acreditado pelo INMETRO ou órgão acreditador. Assim, para a aquisição do objeto trailer Castramóvel, é necessário que o edital seja retificado a fim de inserir as cláusulas de apresentação do CAT, CCT e ISO 9001, caso a empresa licitante possua, no momento da habilitação do presente certame. Para a fabricação do veículo, há necessidade de que as empresas licitantes possuam engenheiro mecânico e eletricista em seus quadros de responsabilidade técnica. Ou seja, a exigência de que as participantes apresentem as certidões do CREA, tanto da pessoa jurídica quanto de seus responsáveis técnicos, além de previstas na lei nº 8.666/93, são necessárias para a composição dos requisitos de qualificação técnica no momento da habilitação. Tais Certidões de Regularidade permitem ao órgão verificar se a empresa se encontra adimplente junto ao CREA, demonstrando dessa forma sua regularidade junto ao Conselho dentro de suas atividades comerciais, capacitada a fabricar, implementar e adaptar unidades móveis e regularizar (emplacar/documentar) o veículo na categoria especial, não correndo o risco de futuros problemas e insatisfações, quanto ao bem em questão. No que tange à inexigibilidade de comprovação do registro da pessoa jurídica, e de seu responsável técnico, no CREA, algumas considerações merecem ser tecidas. O edital prevê especificamente a contratação de uma mesma empresa para a prestação dos serviços objeto do pregão, como mencionado anteriormente. Empresas que executam o serviço de fabricação e adaptação veicular devem ter, necessariamente, registro junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) de sua região, porém o edital é omissivo quanto à necessidade de tal registro. Verificando que se trata de serviço especializado de fabricação e adaptação veicular, o Pregoeiro deveria ter observado os requisitos indispensáveis para habilitação, ou seja, qual empresa ou profissional pode prestar tais serviços e se estão regularmente registrados junto a entidade profissional competente. Oras, é necessário que se entenda que a exigência de qualificação técnica em processo licitatório tem como único objetivo a prestação de garantia para a Administração Pública de que o serviço que será licitado, seja executado por empresa com capacidade técnica para isso, para garantia de que a empresa possua condições mínimas para executar com presteza e segurança o serviço ora licitado. Os pedidos para complementação do edital se fazem necessários para atendimento do princípio da segurança jurídica nas contratações entre a Administração Pública e empresas privadas. Diante da importância da previsibilidade estatal no âmbito das contratações públicas, Justen Marçal Filho deixa claro que: A Lei nº 8.666 preocupou-se intensamente em consagrar regras sobre a disciplina licitatória, visando a reduzir a margem de indeterminação na aplicação concreta de seus dispositivos. A existência dessas regras é de vital importância para a segurança jurídica de todos os envolvidos. Dessa maneira, é imprescindível que as alterações sejam realizadas, a fim de que as empresas participantes demonstrem sua capacidade de fabricação do objeto licitado para garantia da prestação de serviço idôneo e que a Administração Pública tenha segurança jurídica no ato da contratação, execução e fiscalização do contrato. IV - DO PEDIDO Diante o exposto, requer-se: 1 – Que a presente impugnação seja CONHECIDA, ACOLHIDA e JULGADA PROCEDENTE; 2 – Que o edital seja retificado a fim de compreender a solicitação de apresentação, no momento da habilitação, do CAT, CCT, ISO 9001 caso possua, certidão de registro da pessoa jurídica e engenheiros no CREA, todos em nome da licitante conforme a vedação de subcontratação, consoante legislação especial, para ser requisito de HABILITAÇÃO TÉCNICA JURÍDICA, de forma que a futura contratada possa comprovar a adequada entrega do bem. Termos em que Pede e espera acolhimento. Bauru, 18 de maio de 2021

MONIQUE PALMIERO BORGES Auxiliar Jurídico RG 41.976.839-7 CPF

389.152.108-16

Fechar